



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS
 II Encontro Internacional “Laboratórios Socionaturais Vivos e Roças Educativas”
 V Reunião da Rede de Programas de Pós-graduação de Pesquisa Interdisciplinar na Amazônia

“INTERCULTURALIDADES, MIGRAÇÕES, VIOLÊNCIAS E DIREITOS HUMANOS”

23 a 26 de outubro de 2018

Universidade Federal de Roraima

GRUPOS DE TRABALHO ACEITOS PARA PARTICIPAR DO SEMINÁRIO

Titulo do GT	Coordenação	Resumo
GT 01 BELEZA, BEM ESTAR E RESISTÊNCIA: AÇÕES DE ACOLHIMENTO, PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES EM RORAIMA.	José Carlos Franco De Lima, (UFRR), Marcelo Naputano (UFRR) Márcio Akira (UFRR)	<p>A proposta deste GT é oferecer um espaço de interlocução e troca de experiências sobre ações de acolhimento, de proteção, de interculturalidade e de inserção laboral que vêm sendo desenvolvidas por organizações formais e grupos informais da sociedade civil, universidades e organismos estatais diante da migração massiva para Roraima que vem acontecendo nos últimos anos. Ao mesmo tempo, o GT está aberto a apresentação de projetos de pesquisa acadêmicas concluídos ou em andamento sobre as condições de vida dos migrantes solicitantes de refúgio ou de residência temporária. Nossa intenção é dar visibilidade a iniciativas que potenciam a solidariedade, o respeito a diversidade cultural, a beleza humanas e contribuir para a construção de redes de solidariedade e compartilhamento entre os atores sociais envolvidos em ações voltadas para migrantes. Ao mesmo tempo queremos aproximar pesquisa e ação, no intuito de construir abordagens que integrem teoria e prática na temática migratória.</p>
GT 02 TERRITORIALIDADES, LÍNGUAS, SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, ECONÔMICA E CULTURAL EM TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA	Maria Bárbara De Magalhães Bethônico (UFRR) Sandra Maria Franco Buenafuente (UFRR) Ananda Machado (UFRR)	<p>Em contextos repletos de redes e fluxos, as identidades, as línguas e as relações de produção estabelecem conexões entre indivíduos e os espaços, construindo diferentes territorialidades. No processo de expansão da economia de mercado, o Brasil entra no cenário econômico mundial, como fornecedor de recursos naturais. As Terras Indígenas (TIs) protegem porção significativa das áreas de floresta na Amazônia, com 173 etnias indígenas que são fundamentais para a conservação da biodiversidade, pois reconhecem o valor da floresta em pé, manejando de modo sustentável essas áreas. Enquanto 20% da floresta Amazônica brasileira foi desmatada nos últimos 40 anos, as TIs na Amazônia Legal perderam, somadas, apenas 2% de suas florestas originais (IPAM, 2015). As formas como as populações indígenas e tradicionais se identificam com o meio físico, biótico e socioeconômico, e a resistência frente aos impactos externos, representam referências relevantes nos processos de sustentabilidade. As relações entre línguas e territórios nomeiam a biodiversidade, “acidentes geográficos”, seres encantados, transmitem conhecimentos históricos, valores, sistemas de classificação, práticas, discursos que ritualizam, cantam, brigam, amam e contribuem para criar comunidades que se formam com essas afinidades (FREIRE, 2014). A proteção do território, a valorização cultural, a economia comunitária sustentável e o equilíbrio nas relações com o meio natural, permeiam as formas de sustentabilidade e os enfrentamentos dos povos indígenas frente aos projetos de mineração, agronegócio e exploração hídrica e madeireira. Ademais, há a tramitação de projetos de lei, de flexibilização da legislação indigenista e ambiental, com o objetivo de viabilizar essa exploração. Este GT tem como proposta a apresentação de trabalhos que abordem os processos de construção e manutenção de territorialidades no contexto da sustentabilidade socioeconômica, ambiental e cultural dos povos da Amazônia.</p>

<p>GT 03</p> <p>EDUCAÇÃO INTEGRADA: UMA PROPOSTA PARA ESCOLAS NÃO INDÍGENAS COM ALUNOS INDÍGENAS</p>	<p>Marcos Antônio De Oliveira</p>	<p>Em um universo com muitos jovens estudantes indígenas em escolas não indígenas como possibilitar uma proposta educacional que ajude os indígenas e não indígenas a terem uma educação técnica profissionalizante e um ensino médio regular de qualidade? Acreditamos que a proposta de educação integrada baseava nos princípios de Gramsci e Marx com vistas a educação unitária que valoriza o campo do trabalho, da cultura e da ciência possa ser muito útil. A criação do vínculo dessa educação em formação à capacitação desses estudantes, daria início a um projeto de criação de uma escola unitária, fruto da concepção de que a educação é um direito de todos, buscando a formação intelectual e para o trabalho. Fica evidente que tal busca está ligada à luta de classes travada dentro do sistema capitalista, em que a formação para o trabalho transcende a formação intelectual do indivíduo. Desse modo, nesse primeiro momento a escola unitária, dentro de uma educação politécnica, seria, antes de tudo, acessível; acessível para o trabalho, mas também para os conhecimentos sociais e culturais produzidos nas mais diferentes sociedades ao longo dos séculos. O estudante seria instruído, em tal escola, para a produção de riquezas materiais, mas também para uma busca existencial, dentro da sua formação humana.</p>
<p>GT 04</p> <p>MOBILIDADES PENDULARES NA AMÉRICA LATINA</p>	<p>Pedro Marcelo Staevie</p> <p>Luis Eduardo Aragón</p> <p>Sulamita Oliveira Simões</p>	<p>A chamada mobilidade pendular é um tipo de movimento populacional que ocorre diariamente em muitas cidades ao redor do mundo, seja por motivos laborais, educacionais, por tratamento de saúde, dentre outros. Tais movimentos, envolvendo pessoas de diferentes perfis, apresentam-se como elementos centrais na compreensão de dinâmicas regionais de integração urbana. Os estudos sobre estes processos devem problematizar a necessidade de um tratamento crítico capaz de identificar as heterogeneidades inerentes ao fenômeno, muitas vezes ocultadas por análises meramente descritivas. Neste sentido é que propomos o presente GT, na busca por análises acuradas acerca dos inúmeros movimentos pendulares que ocorrem diariamente na América Latina. Procura-se também, com o GT proposto, ampliar o foco da abordagem dos estudos empíricos acerca da temática da mobilidade pendular, contemplando pesquisas que tratem dos movimentos transfronteiriços/internacionais, haja vista a predominância dos diagnósticos sobre áreas/zonas/regiões metropolitanas. Em suma, o GT pretende receber estudos/pesquisas que abordem o tema da mobilidade pendular no continente latino-americano, seja ela interna (dentro dos países), sejam elas transfronteiriças internacionais, tanto a nível empírico, quanto teórico.</p>
<p>GT 05</p> <p>DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM CONTEXTOS FRONTEIRIÇOS</p>	<p>Thiago Siqueira Reis</p> <p>Monalisa Pavonne Oliveira</p> <p>Carla Monteiro De Souza</p>	<p>O grupo de trabalho visa agregar estudos consolidados em andamento no campo dos direitos humanos e das políticas públicas, tendo como eixo norteador os encontros e desencontros ensejados por realidades fronteiriças, entendendo as fronteiras não somente em sua dimensão geográfica, material e política, mas também como limites do humano, ou seja, da cultura, das linguagens, do simbólico. Neste sentido, desejamos incentivar e difundir o debate sobre esses campos em perspectiva inter e multidisciplinar, enfocando à relação entre direitos humanos e políticas públicas e sua interface com temáticas como o papel do Estado e das instituições, a educação e o ensino em suas várias modalidades, assim como as várias práticas de grupos e movimentos sociais que reivindicam e demandam direitos sociais, culturais e políticos. Destacamos, ainda, que serão bem vindos trabalhos que abordem a temática a partir de questões relacionadas ao contexto do neoliberalismo, de reformas e contrarreformas em curso no Brasil e no mundo.</p>
<p>GT 06</p> <p>AS ARTES DOS “OUTROS”: ARTES VISUAIS, MIGRAÇÕES E INTERCULTURALIDADES.</p>	<p>José Bezerra De Brito Neto</p> <p>José Victor Mattioni</p>	<p>Os movimentos migratórios contemporâneos promovem novos desafios para os pesquisadores nas artes visuais e seus deslocamentos teóricos. Isto por elaborarem novas facetas e compreendê-las a partir do conceito de interculturalidade, uma tarefa promissora, por levar em consideração negociações estéticas e políticas que as formas de contatos entre as culturas, podem gerar na construção de novos territórios artísticos. A partir destas problematizações este GT tem como objetivo receber trabalhos que problematizam os fenômenos das migrações internacionais a partir do campo das Artes Visuais e da Interculturalidade. Mediando os debates entre estas duas esferas capazes de cartografar as polissemias de produções culturais que os fluxos migratórios expõem, e suas dinâmicas como as desterritorializações das artes, o diálogo entre arte e política, as liberdades de produções artísticas e os direitos humanos. Os fluxos migratórios acompanham as produções e reelaborações de paisagens visuais, culturais, políticas, e de novas histórias das artes, criando um conjunto de novas representações culturais. As histórias dos “outros” surgem repletas de dispositivos de memórias e afetividades que devem servir de instrumentos de reelaboração das práticas didáticas em sala de aula, expondo novos currículos nas aulas de artes e cultura na região. O GT abre para trabalhos que tenham o entrelaçamento entre as artes visuais, migrações e interculturalidade como principal objeto de estudo, ampliando o</p>

		máximo o raio de ação do debate para acolher pesquisas em torno destas temáticas tão múltiplas. Desatacam-se as interações entre artes e memórias; trajetórias de vida; artes e migrações; artes e direitos humanos; artes e política. O espaço de debate deste grupo justifica-se pela crescente procura em torno do tema em diversos espaços das ciências humanas como na região de Roraima, a qual ainda possui um déficit espacial e técnico para acolher o debate destes trabalhos.
GT 07 ENSINO DE CIÊNCIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO, DIÁLOGO CRÍTICO NA BUSCA PELA SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL E O DESDOBRAMENTO DE NOVAS PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO.	Miquéias Ambrósio Dos Santos Sebastião Monteiro Oliveira Rossiter Ambrósio Dos Santos	O Ensino de Ciências constitui-se uma área de produção e construção do conhecimento, pois implica processos de pesquisa na produção do conhecimento científico no âmbito das diferentes ciências. Ao se ensinar conceitos e procedimentos científicos exige-se diferentes e complexos processos de ensino. De certo modo, o conhecimento que resulta das pesquisas sobre o Ensino de Ciências tem uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar. É essa perspectiva que constitui uma das relações com a Educação do Campo. É consenso que todas as pesquisas que possam compor este GT, não nasçam especificamente das pesquisas em Ensino de Ciências no contexto da Educação do Campo, mas que se estabeleça uma relação dialógica entre os contextos da ação social do ensino e a cultura científica. Neste sentido, possamos traduzir explicitamente os conceitos de Ensino de Ciências e Educação do Campo, e por meio do diálogo crítico ocorra a implementação de desdobramento visando a superação da exclusão social e o surgimento de novas perspectivas de inclusão por meio do ensino. Pensamos que esse GT, tem o propósito de fomentar o diálogo crítico tornando possível o desdobramento de novas perspectivas, pois o Ensino de Ciências passa a contribuir com a Educação do Campo como horizontes de significações, e a Educação do Campo abre-se como universo de inclusão à medida que esse diálogo se estabelece e permanece como alternativa social no atendimento a uma demanda nascida da exclusão. Não que estes trabalhos venham a superar essa exclusão social estabelecida historicamente pelas classes hegemônicas, mas o diálogo aberto e crítico entre esses dois contextos possibilita a abertura de espaço que abre novos horizontes para o engajamento dos dois campos do saber instituído.
GT 08 CAPITAL SOCIAL, PATRIMONIALISMO E LÓGICAS DE INTERAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL.	Walter Marcos Knaesel Birkner Bernard José Pereira Alves Adrielle Araújo	O objetivo deste GT é receber trabalhos que abordem ao menos um dos temas homônimos, propondo a contraposição entre o ativismo da Sociedade e o Estado centralizado. De um lado encontramos a ideia-força do capital social e seus elementos congêneres (diálogo, solidariedade, cooperação, sinergia, confiança e civismo) como fatores de ativismo social à promoção do desenvolvimento político e econômico. Além disso, é um tema de análise interdisciplinar, permitindo aproximações desde as ciências humanas, as ciências sociais aplicadas, passando pela filosofia, até a biologia e a física. De outro, está o conceito de patrimonialismo como característica histórica e contemporânea da construção institucional do Estado brasileiro e de outros casos na América Latina. Funcionalmente vinculadas a este fenômeno, estão as práticas extrativistas, características da conformação econômica, estatal e mental de sociedades e nações. Supõe-se que a associação interpretativa entre patrimonialismo e extrativismo auxilie as análises acerca da instabilidade política e econômica e dos limites do Estado social na América Latina. Por extensão, trata-se de sugerir o deslocamento analítico do conflito entre Capital e Trabalho para o conflito entre Estado e Sociedade, a fim de identificar obstáculos ao desenvolvimento nacional. Inerente ao objetivo da confrontação conceitual proposta reside a hipótese de que a solução de longo prazo à instabilidade das nações esteja nas formas de descentralização do poder, incluindo as sinergias entre Estado e Sociedade.
GT 09 FINANÇAS SOCIAIS E NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL NA AMAZÔNIA	Daiane Tretto Da Rocha Dioniso De Souza Sampaio Cleide Maria Fernandes Bezerra	As demandas para enfrentar os problemas sociais e ambientais são infinitas e se tornam cada vez mais urgentes para a manutenção da vida no planeta. As finanças sociais referem-se ao direcionamento de capital público e privado a negócios de impacto. Este GT propõe debater sobre o papel das incubadoras e aceleradoras no fomento de empreendimentos incentivados por objetivos sociais com o desejo de beneficiar a sociedade, empreendedorismo social, organizações sem fins lucrativos (organizações do terceiro setor, filantrópicas, fundações, voluntariado, não governamentais); que desenvolvem trabalhos ligados ao contexto religioso, filantrópico, serviços humanos, educação, saúde, proteção animal e ambiental.

<p>GT 10</p> <p>ESTADO E SOCIEDADE: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</p>	<p>Maria Das Graças Santos Dias</p> <p>Alfredo Ferreira De Souza</p>	<p>O GT “Estado e sociedade: desafios contemporâneos das políticas públicas” visa reunir trabalhos e socializar experiências de diversas áreas das políticas públicas, no intuito de promover o estímulo, a produção e a disseminação de pesquisas concluídas ou em andamento. O objetivo da proposta é debater os fenômenos políticos, econômicos, sociais e culturais de estudos relacionados aos desafios contemporâneos para o conhecimento teórico-metodológico das políticas públicas, marcos legais, características, modelos políticos-institucionais e as representações sociais em um contexto de diversidade regional e de fronteira, apoiado a partir da realidade local. As políticas públicas convivem com o constante risco da descontinuidade, em todas as áreas. Neste sentido, a discussão possibilitará também uma reflexão da relação do poder público e da sociedade civil e os desafios de elaborar e executar políticas públicas em um cenário dinâmico que se impõe a partir de tratados e acordos internacionais em que o Brasil é signatário, como por exemplo a “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005)” na qual o conceito de participação social no âmbito do poder público se impõe como um dos vetores primordiais para a legitimação dos processos públicos.</p>
<p>GT 11</p> <p>CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SOCIEDADE PLURAL</p>	<p>Emanuella Silveira Vasconcelos</p> <p>Ivanise Maria Rizzatti</p> <p>Oscar Delgado Tintorer</p>	<p>Pensar a relação entre os avanços científicos, tecnológicos e a promoção dos Direitos Humanos requer ampliar o olhar para a diversidade dos desdobramentos desses temas nas diferentes áreas de produção de conhecimento, em especial na Educação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabelece o direito de todos a participar dos avanços científicos e de seus benefícios, embora, ao mesmo tempo que é evidente a relevância do usufruto desse direito, a sua crescente negligência é persistente. É imperativo possibilitar formas de investigação mais abertas, uma Ciência mais plural e cidadã, em que tais enlaces impactem nos processos de construção, comunicação e difusão do conhecimento. Dessa forma, é fundamental considerar o quanto é necessária a promoção de discussões entre instituições, organizações, entidades e a comunidade acadêmica, para o fomento de pesquisas e práticas sociais que se embasem no compromisso com esse direito. Nesse sentido, o objetivo deste Grupo de Trabalho é reunir pesquisas e possibilitar discussões que compreendam a relação entre Ciência, Educação e Direitos Humanos, capazes de fornecer bases éticas para a promoção de políticas públicas que viabilizem o estreitamento das relações dos aspectos sociais, científicos e tecnológicos, permitindo empoderar os grupos minorizados, entendendo a conquista de direitos a partir de lutas coletivas e possibilitando a formação cidadã crítica. Assim, visa-se empreender a interlocução entre pesquisadores, docentes e discentes pós-graduação, profissionais das áreas de Humanidades, Ciências, Tecnologia e Educação, e demais interessados pela temática, a fim de colocar em perspectiva a construção coletiva de conhecimentos, trabalhos colaborativos e parcerias interinstitucionais de modo a evidenciar a incessante busca pela consolidação de Ensino, Pesquisa e Extensão.</p>
<p>GT 12</p> <p>OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA</p>	<p>Marília Pimentel Cotinguiba</p> <p>Márcia Maria De Oliveira</p> <p>Geraldo Cotinguiba</p>	<p>Com o objetivo encaminhar processos de criação futura de um Observatório das Migrações na Amazônia, tendo por referência a experiência do Projeto Observatório das Migrações em Rondônia (UNIR/FAPERO), vinculado ao Projeto Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP/CNPq), propõe-se um espaço de socialização de pesquisas vinculadas aos estudos migratórios na Amazônia, com enfoque às migrações internacionais, migrações de retorno, processos de remigração ou deslocamentos da Amazônia para outros países, feminização das migrações, contrabando e tráfico de migrantes, exploração do trabalho migratório, crianças migrantes, deslocamentos transnacionais e transfronteiriços, deslocamentos dos Povos Indígenas e outras dinâmicas migratórias na Amazônia. Este GT funcionará como um ensaio de experiências a caminho da proposição de um futuro Observatório das Migrações que abranja os estudos migratórios em toda Amazônia, numa experiência interinstitucional e internacional, caso haja interesse dos países Pan-Amazônicos em compor o projeto.</p>
<p>GT 13</p> <p>TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA: AMAZÔNIA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA, ARTÍSTICA E CULTURAL</p>	<p>Graciete Guerra Da Costa</p> <p>Paulina Onofre Ramalho</p> <p>Claudia Helena Campos Nascimento</p>	<p>Discutir território dentro do contexto contemporâneo é mais que caracterizar uma porção física ou política, como um espaço estatizado. Os territórios são, segundo Milton Santos, lugares contíguos ou formatados em redes, podendo ser ligados de forma horizontal, através de contiguidades, ou vertical, com interligações de pontos distantes a partir das formas e dos processos sociais. Assim, ao propor como tema “Territórios de fronteira: Amazônia como espaço de construção histórica, artística e cultural” recepcionaremos nesse grupo de trabalho discussões que sejam resultados de investigações no campo da Cultura Material e Imaterial, sobre a construção de territórios identitários simbólicos e tangíveis. Comunicações que tratem de cenários locais e de contextos comparativos do patrimônio amazônico transnacional, no campo da produção historiográfica, artística e da urbanidade (onde se incluem a História,</p>

		Geografia, Artes Visuais e Arquitetura e Urbanismo), serão o foco de interesse desta proposta. A justificativa temática se faz pois a Amazônia se apresenta como um espaço de construção histórica, artística e cultural, conformado em territórios interfronteiriços simbólicos, interligados por congruências processuais que costuram a tessitura da rede amazônica em linhas delimitadoras entre a Amazônia Oriental e Ocidental e as interfaces internacionais, tais como a construção identitária do patrimônio cultural material e imaterial, os processos históricos de conformação do espaço amazônico, e mesmo de representações simbólicas, chamadas por Auxiliomar Ugarte de margens míticas. A necessidade de reconhecimento destes territórios de fronteiras simbólicas na Amazônia permite que possamos caracterizar, nessa dinâmica, os limites de nossa própria identidade, a fim de perceber os diálogos possíveis também entre os países que delimitam horizontalmente territorialidades nacionais.
GT 14 TRASPASSANDO FRONTEIRAS: O MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL JUNTO A POVOS INDÍGENAS NO MÉXICO E BRASIL	Maxim Repetto María Bertely Stefano Sartorello	Este grupo de trabalho pretende explicitar e sistematizar, com diferentes linguagens e recursos comunicativos, as bases do conhecimento, valores e significados comuns e distintivos derivados da inter-aprendizagem entre indígenas mexicanos e brasileiros que desenvolvem pesquisas centrados no Método Indutivo Intercultural. Trata-se de potencializar a inter-aprendizagem exibida nas reuniões e trabalhos comunitários, nas pesquisas acadêmicas e na reflexão sobre a realidade das comunidades e da educação escolar indígena, na defesa dos territórios, das línguas e culturas, nos trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de pós-graduação em torno deste método e na pesquisa e construção de propostas educativas interculturais desde as realidades das comunidades indígenas. Com este GT teremos oportunidade de socializar e intercambiar experiências sobre o estudo deste método em contextos e linhas de pesquisas diversos.
GT 15 GEOPOLITICA E OS NOVOS FLUXOS DE PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E CONSUMO EM RORAIMA	Altiva Barbosa da Silva Carlos José Dantas Pollyana Rosse Silva Ferreira	Este GT, dando continuidade aos eventos anteriores, visa debater os recentes processos de produção, consumo e circulação de bens em Roraima, tendo como base os debates geoeconômicos sobre globalização, modernização e cidadania. A partir da compreensão dos "Dois circuitos da Economia" de Milton Santos; do Espaço do Cidadão do mesmo autor e de diferentes autores das Ciências Sociais, tentaremos compreender a dinâmica atual que conecta Roraima aos mercados regionais e nacionais. Para uma reflexão mais abrangente deste fenômeno faz-se necessário entender a nova Geopolítica de inserção desta porção do território, em especial, na Amazônia brasileira. Neste sentido, partimos também da base teórica das Ciências Políticas e da Geografia sobre Poder, Fronteira e Território.
GT 16 MIGRAÇÕES, REFÚGIO, MORADIA: ABRIGAMENTOS HUMANITÁRIOS E DESAFIOS DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NOS DESLOCAMENTOS FORÇADOS	Ângela Magalhães Vasconcelos João Carlos Jarochinski da Silva Gislene Aparecida dos Santos	O Grupo de Trabalho debaterá as formas e lugares de moradia dos migrantes internacionais mais recentes no Brasil e América Latina. Os imigrantes que vivem nas ruas, ocupações, aluguéis coletivos, abrigos humanitários. Dos espaços de abrigo provisórios que se tornam permanentes. A relação entre Estado, Organizações Internacionais e Sociedade Civil. As políticas de moradia para imigrantes e refugiados. Tutela, protagonismo e formas de resistência dos grupos migrantes. A situação de abrigo dos grupos indígenas em condição de refúgio. O GT propõe acolher preferencialmente trabalhos a partir da pesquisa empírica e da extensão, inter e transdisciplinares. Também aqueles advindos de experiências de governo, ongs, organismos internacionais e parcerias.
GT 17 MOBILIDADE URBANA, TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO, CONFLITOS E GLOBALIZAÇÃO	Ana Lia Farias Vale Antônio Tourino de Rezende Veras	Propõe-se expor conceitos, mensurações e políticas públicas sobre a estrutura urbana para uma mobilidade territorial moderna, considerando as condições, os elementos e tecnologias facilitadoras de deslocamentos de pessoas e bens pela cidade, trazendo as distinções e rupturas decorrentes de diferentes desdobramentos históricos, políticos e econômicos aplicados em meio às nações, mostrando as transformações de caráter social, espacial e econômico, no século XXI com os processos tecnológicos da globalização em que assumem novos comportamentos, refletidos nas novas estratégias de mobilidade nos transportes e comunicações, que buscam amenizar os problemas estruturais, valorizando assim, diferentes comportamentos urbanos, delineamento de novas estratégias à realidade das cidades em um mundo globalizado.
GT 18 A AGÊNCIA INDÍGENA FRENTE ÀS PRESSÕES DO SÉCULO XXI: AUTONOMIA, ESTADO E GRANDES EMPREENHIMENTOS.	Luis Eugenio Campos Francisca de la Maza Adolfo de Oliveira	Este grupo de trabalho discute a capacidade da agência dos povos indígenas para interagir com diferentes frentes de expansão, que desde o século XVI vem contactando estes povos. A vitimização dos povos indígenas, bem como a força do olhar homogeneizante dos Estados nacionais impôs a ideia de que os índios são agentes passivos desses processos de dominação. Convocamos aqui para apresentar casos que analisem as alternativas que estão sendo propostas, tanto por comunidades, como por pessoas indígenas e que lhes permitam se posicionar em melhores condições nas suas relações com o Estado, com as

		empresas privadas e a sociedade civil. Estamos interessados em saber sobre iniciativas na área da educação, produção, saúde, turismo, no âmbito cerimonial e outras áreas que apresentem modelos alternativos e atuais para negociar com a sociedade envolvente e, assim, ajudar a mudar a ideia que se tem sobre os povos indígenas. Especificamente apontamos para processos socioculturais que abordam a invisibilidade dos povos indígenas, tais como os processos de etnogênese, reetnificação e reemergência indígenas que se levantam contra a ideia do desaparecimento do índio, bem como projetos que tem um olhar menos essencializante sobre o que os povos indígenas podem ou não fazer.
GT 19 RELIGIOSIDADES E FESTAS POPULARES: reflexão teórica, metodológica e práticas de pesquisas	Noeci Carvalho Messias Francisco Marcos Mendes Nogueira	Estudos sobre festas e religiosidade popular tem sido feitos no Brasil no campo das ciências sociais, principalmente a partir de meados dos anos de 1980, inscritos no que vem sendo denominado de História das Mentalidades. As referências historiográficas trazem significativas informações que enriquecem o entendimento a respeito dessa temática. Ao analisarmos a sociedade brasileira fica evidente que o fenômeno das religiosidades está intrinsecamente ligado à diversidade cultural dos brasileiros. Nos últimos tempos a visibilidade de diversas religiosidades e de festas tem sido um fenômeno relevante e as Ciências Sociais não têm se furtado ao esforço de estudar e tentar compreender a diversidade de situações que passam o fenômeno das festas religiosas na contemporaneidade. A necessidade de um diálogo profícuo entre e sobre as diversas práticas religiosas e expressões culturais festivas é importante para dar visibilidade à riqueza, pluralidade e beleza dessas crenças. Neste sentido, este GT propõe aglutinar pesquisadores que se dedicam à temática, para refletir neste espaço sobre as diversas expressões do fenômeno religioso, das festas populares, dos mitos, dos ritos, da apropriação e (re)produção territorial na perspectiva das dimensões simbólicas, culturais e identitárias presentes com e nas práticas religiosas, além das atitudes de respeito ou de conflitos existentes na dinâmica sociocultural da sociedade brasileira.
GT 20 ELITES, ESTADOS E FRONTEIRAS	Gilmara Gomes da Silva Sarmento Ricardo Dias da Silva	As fronteiras, enquanto marcadores físicos e simbólicos de faixas de transição e tradução, fazem referência a uma multiplicidade de significados e interpretações. Com efeito, essa polissemia também informa os imaginários e repertórios políticos das sociedades e governos. Diferentes discursos e práticas são produzidos pelas sociedades nacionais com o objetivo de tipificar as suas congêneres e encontrar fórmulas de coexistência e relacionamento com os “de fora”. Tendo isso em vista, o presente grupo de trabalho está voltado para o processo de debate público e de produção das ações e programas governamentais direcionados às fronteiras e os diferentes fenômenos que elas ensejam: migrações, fluxos comerciais, trocas culturais, cooperação fronteira e gestão de cidadesgêmeas. Busca-se receber trabalhos cujo esforço analítico se concentre no componente propriamente político, em termos dos capitais, discursos e narrativas que são mobilizados pelas elites sociais e burocráticas que condicionam e determinam esse processo.
GT 21 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM REGIÃO DE FRONTEIRA	Ana Lucia Sousa Sheila de Fátima Mangoli Rocha Sergio Luiz Lopes	O Grupo de Trabalho Políticas Educacionais e Formação de Professores objetiva discutir as políticas públicas no campo educacional, o contexto das reformas na educação brasileira, bem como as consequências dessas formas para a qualidade da organização do trabalho pedagógico na escola pública, o campo da formação de professores destacando seus desafios, perspectivas, metodologias e propostas pedagógicas, a formação de professores no contexto da classe trabalhadora e a educação do campo em seus diferentes níveis, ou seja, superior e educação básica, a relação entre trabalho e educação na educação do campo e a pedagogia da alternância na formação de professores na região de fronteira.
GT 22 FRONTEIRAS DO SABER: CULTURA, SOCIEDADE E VIOLÊNCIA NA HISTÓRIA E NA LITERATURA	Maria De Fátima Oliveira Mariana Cunha Pereira	O GT Fronteiras do Saber: cultura, sociedade e violência na história e na literatura se propõe agregar pesquisadores que valorizam o diálogo interdisciplinar e que veem na escrita uma forma de intervenção na realidade e uma possibilidade de protesto contra qualquer tipo de discriminação. A ideia defendida por este GT é a de que tanto a literatura quanto a história possuem um lugar e uma função no contexto dos debates de insurgências. A partir delas, pode-se refletir sobre como age o poder agressivo e repressor e as respostas advindas dessa opressão; sim, porque todas as relações sociais construídas são permeadas por alguma forma de poder. Poder este que geralmente aparece cifrado na escrita literária. Nesse sentido, uma obra literária não é vista apenas pelo seu valor estético, mas como uma forma de intervenção na dura realidade, posicionando-se contra a banalidade das diversas formas de violência, ou seja, um modo de dar voz aos oprimidos que tiveram sua fala silenciada ou distorcida. A violência é entendida aqui em toda sua amplitude, como qualquer conformação discriminatória que visa cercear o direito do indivíduo em seus mais diversos aspectos, desde a ameaça a integridade física, psicológica, violência doméstica, moral, de gênero, sexual, institucional, patrimonial,

		ambiental, entre outras. O diálogo entre esses dois campos de estudos – história e literatura – não é recente e tem se mostrado muito profícuo como demonstrado por estudiosos como Roger Chartier, Hayden White, Sandra Jatay Pesavento, Nicolau Sevcenko e Rafael Ruiz, para citar apenas alguns nomes. Assim, discute-se nesse GT a questão da veracidade e da ficcionalidade na história e na literatura, num processo que dilui fronteiras e abre caminhos para o diálogo e para a interdisciplinaridade.
GT 23 INTERCULTURALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: GESTÃO, COORDENAÇÃO E FORMAÇÃO DO PROFESSOR	Stela Aparecida Damas da Silveira Sandra Elaine Trindade da Paz Rosângela da Silva Viana	Tem como objetivo discutir e apresentar pesquisas voltadas à educação e escola indígena, através de relatos, experiências e práticas pedagógicas, levando em consideração a interculturalidade nas escolas indígenas e para além do contexto escolar dentro da comunidade indígena, podendo por meio desta identificar a intervenção/impacto da prática pedagógica dos professores índios no âmbito da comunidade, na percepção dos professores / índios, dos alunos, da comunidade e de todos os sujeitos envolvidos na dinâmica escolar como gestores, coordenadores, professores, destacando como essas práticas e seus efeitos, estão envolvidos na dinâmica do poder social da comunidade e do seu entorno.
GT 24 POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIVADAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO E FRONTEIRIÇO	Luciana Mara Gonçalves Araújo Max André de A. Ferreira Elói Martins Senhoras	O campo epistemológico das políticas públicas pode ser compreendido lato sensu como uma área de estudos cada vez mais absorvente, dialógica e multidisciplinar consolidada por uma visão maximalista na qual são analisadas não apenas as ações centralizadas ou descentralizadas do setor governamental, mas também qualquer ação do setor privado com impacto positivado na res publica. Tomando como referência a amplitude de atores e esferas de análise das políticas públicas, tanto, na concepção de gestão estratégica composta pelo planejamento, execução e avaliação, quanto, nas distintas dimensões políticas – policy (política setorializada), polity (institucionalização política) e politics (negociações políticas), o presente grupo de trabalho pretende explorar as políticas públicas a partir de uma concepção sistêmica e multisetorializada, teórica, histórica e empírica, sendo um espaço de comunicação de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento que visa integrar a comunidade epistêmica na área e contribuir para o fortalecimento do campo da investigação em políticas públicas nos contextos amazônico e fronteiriços. Em primeiro lugar, o foco das discussões deste grupo de trabalho parte de um recorte temático nas políticas públicas que deve estar relacionado às agendas das políticas sociais, econômicas e de segurança e defesa. Em segundo lugar, o recorte metodológico das pesquisas deve possuir uma fundamentação, tanto, em estudos de revisão de natureza integrativa, bibliográfica ou documental, quanto, em estudos de caso de natureza empírica. Em terceiro lugar, o recorte temporal é flexível a critério dos pesquisadores, embora o recorte espacial da análise deva ter foco na elástica escala amazônica que parte do local e chega ao nível internacional. Aberto ao diálogo de diferentes paradigmas ideológicos ou correntes teóricas, o GT pretende recepcionar trabalhos que visam mostrar a complexidade da Amazônia como espaço transescalar e fronteiriço.
GT 25 DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO ESPAÇO RURAL AMAZÔNICO	Marisa Barbosa Araújo Edma do Socorro Silva Moreira Carlos Alberto de Sousa Cardoso	O mundo rural amazônico apresenta transformações sociais, culturais, econômicas e ambientais que repercutem sobre os modos de vida dos diversos grupos sociais nele concernidos. No bojo dessas transformações, emergem novos atores, conflitos socioambientais entre diferentes territorialidades, formas específicas de sociabilidade, novas formas de apropriação dos territórios, criação de unidades de conservação e alternativas e estratégias para a permanência da agricultura familiar. São mudanças aceleradas que resultam dos impactos provocados por políticas públicas, pelo agronegócio e por mega projetos planejados e implementados na região, desde os anos 1970, e que revelam a diversidade e complexidade deste cenário. Este GT tem o propósito de acolher estudos que reflitam sobre essas questões e compreender as dinâmicas socioterritoriais presentes no espaço rural amazônico, promovendo o diálogo entre pesquisadores e diferentes contextos etnográficos.
GT 26 VIOLÊNCIAS: EXPRESSÕES, DESAFIOS, ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO.	Lucilene Ferreira de Melo, Izaura Rodrigues Nascimento, Dorli João Carlos Marques	Pretende-se promover o debate e o intercâmbio de pesquisas envolvendo questões de Gênero; Diversidade Sexual; Violência contra mulher, criança, adolescente, jovens, idosos, LGBTI+, pessoas com deficiência, povos tradicionais e afrodescendentes, desde os desafios teóricos postos a estes estudos ao desafios quanto ao enfrentamento e prevenção das violências nas políticas públicas.

<p>GT 27</p> <p>“IMPERIALISMO DE FRONTEIRAS”, CRISE AMBIENTAL E JUSTIÇA MIGRATÓRIA.</p>	<p>Doris Aleida Villamizar Sayago</p> <p>Horacio Biord Castillo</p> <p>Ana Catarina Zema de Resende</p>	<p>O aumento da pressão para migrar ao longo das últimas décadas se explica mais pelo dinamismo do capitalismo internacional do que pelo simples crescimento demográfico em algumas regiões do planeta. O capitalismo global e a crise ambiental têm desestabilizado muitas coletividades, obrigando os indivíduos a se deslocarem em busca de melhores condições de vida ou de trabalho. A noção de “Imperialismo de Fronteiras” convida a refletir sobre os processos de deslocamento e de migração no quadro da economia política mundial determinada pelo colonialismo e pelo capitalismo. De acordo com essa perspectiva, as fronteiras representam um regime de práticas de instituições, de discursos e de sistemas que validam e revalidam medidas de controle sobre a mobilidade das pessoas deslocadas pela violência do sistema mundo moderno/colonial. Considera-se a violência do Imperialismo de Fronteiras como o resultado direto da violência dos deslocamentos coloniais, da circulação do capital, da estratificação do trabalho no seio de uma economia mundial e das estruturas hierarquizadas de raça, classe, gênero e capacidade. Nesse contexto, os migrantes enfrentam uma série de injustiças. Este grupo de trabalho pretende refletir sobre a relação entre os fluxos migratórios internacionais e internos, a crise do capitalismo global e as injustiças praticadas contra as pessoas migrantes. São bem vindos trabalhos que tratem de deslocamentos de coletividades empobrecidas e colonizadas resultantes das relações de poder assimétricas em escala mundial; da segurança e da militarização das fronteiras; do deslocamento forçado de povos indígenas e comunidades tradicionais em consequência dos projetos de desenvolvimento; da criminalização da migração, acompanhada de medidas punitivas e de violação de direitos humanos.</p>
<p>GT 28</p> <p>MIGRAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS</p>	<p>Érick Cavalcanti Linhares Lima</p> <p>Ingrid Cardoso Caldas</p> <p>Mónica Montana Martínez Ribas</p>	<p>O Grupo de Trabalho visa debater assuntos relacionados aos efeitos dos fluxos migratórios nos âmbitos econômico, social, jurídico e político. As discrepâncias entre o discurso e a prática que marcam o atual processo de globalização econômica, suas implicações para a migração internacional é foco deste grupo de trabalho. Sob o viés econômico, buscar-se-á explorar assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico e humano nas regiões afetadas, bem como analisar os impactos positivos ou negativos nos planos socioeconômicos. Além disso, busca-se estabelecer as implicações da migração laboral e a transferência das pessoas para o estrangeiro, tanto em termos do país receptor como para os países de origem. No plano político, pretende examinar as vantagens e desvantagens da migração internacional, sob a perspectiva da formulação de políticas migratórias, que revalorizam os aspectos positivos da migração, enquanto se trabalha na redução dos seus efeitos negativos. Igualmente, se propõe estudar o papel das Organizações Internacionais nos processos migratórios. Pretende também abordar o fenômeno migratório desde a perspectiva da Segurança Nacional e da Segurança humana. No âmbito social busca estabelecer a partir das políticas públicas qual a atuação do Estado; também, buscar-se-á verificar qual tem sido a atuação política para atender os fluxos migratórios e estabelecer quais seus impactos na sociedade. Além disso, pretende explorar os programas do governo de estado para atender o fluxo migratório. No âmbito jurídico pretende-se analisar de que forma os fluxos migratórios possuem impactos legais e abordar seu enquadramento jurídico nos países de passagem e destino. Buscar-se-á também analisar a abrangência legal para os fluxos migratórios indígenas.</p>
<p>GT 29</p> <p>CULTURA, IDENTIDADE CIDADANIA E RELAÇÕES DE PODER</p>	<p>Gimima Beatriz Melo Da Silva</p> <p>Lucia Marina Puga Ferreira</p> <p>Sidnei Clemente Peres</p>	<p>Esse Grupo de Trabalho tem por objeto de análise a Cultura, considerada em suas dimensões identitárias, bem como em relação à Cidadania e as Relações de Poder. Visa discutir pesquisas que abordem a construção de identidades locais e/ou nacionais, de gênero, sexuais, raciais, étnicas, etc em estudos que possibilitem o debate em que temas pertinentes aos distintos aspectos do exercício do poder possam ser retratados. Assim, o GT poderá abrigar propostas que se dediquem à análise de aspectos acerca de processos de construção de identidades contrastivas e situacionais dos grupos nas suas interações com o político, o social, o linguístico, o ambiental, o espacial, o territorial e o estético a partir de manifestações sociais e culturais demarcadas por pautas específicas. Tais manifestações podem se dar por novos movimentos sociais, práticas, representações, expressões e artefatos culturais, conhecimentos tradicionais e lugares, cuja tônica tem sido estabelecida a partir da relação entre a perspectiva local e a global.</p>

<p>GT 30</p> <p>POLÍTICAS DE “AUTONOMIA” E “DESCENTRALIZAÇÃO” E UNIVERSITÁRIAS: O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE OUTROS</p>	<p>Maria Cristina Macedo Alencar</p> <p>Hiran De Moura Possas</p> <p>Jovina Mafra Dos Santos</p>	<p>As Universidades públicas brasileiras, historicamente, participaram dos processos de exclusão social ao teorizar e legitimar supostas inferioridades, utilizando como dispositivos categorias como raça e etnia. Atualmente, mesmo em contextos neoliberais na América Latina, reformas institucionais importantes vêm sendo implementadas, como as políticas afirmativas “para” as populações afroindígenas, ainda que orientadas pelos critérios raciais e sócio econômicos. Essa reestruturação visa, de fato, à emancipação de sujeitos e ao desejo de equidade ? Como as instituições públicas de ensino superior no Brasil têm construído ações afirmativas estruturantes e como têm dialogado com as culturas e/ou línguas dos sujeitos sociais outrora inferiorizados? O objetivo desse GT é proporcionar um espaço de diálogo crítico para essas políticas públicas. Convidamos pesquisadores, professores, estudantes e, sobretudo intelectuais afroindígenas, a compartilharem suas experiências sobre temáticas, com destaque para as políticas linguísticas, os currículos interculturais e plurilíngues, além de experiências institucionais relacionadas ao acesso e à permanência de povos afroindígenas em cursos de graduação e pós graduação, dentre outras.</p>
<p>GT 31</p> <p>PRÁTICAS SOCIAIS E O CONTATO LINGUÍSTICO QUE ENVOLVE AS LÍNGUAS DE SINAIS</p>	<p>Alessandra Pedrozo da Cruz</p> <p>Felipe Aleixo</p>	<p>O grupo de trabalho tem por objetivo propor uma discussão sobre as diferentes situações de contato entre a Língua Brasileira de Sinais - Libras (língua espaço-visual) e outras Línguas de Sinais, assim como o contato entre a Libras e as línguas orais. Partindo de uma abordagem comunicativa pretendemos debater as questões que abrangem o contato linguístico como uma consequência intrínseca a cada sinalizante/falante sujeitos às línguas e que, em contexto fronteiriço, as utilizam também para reforçar marcas identitárias. A proposta é trazer um diálogo reflexivo sobre as línguas de sinais em contexto bilingue, pois estas apresentam elementos que podem influenciar na construção do sujeito. A presença do code-switching é uma das possibilidades, um fenômeno linguístico presente nas fronteiras brasileiras e característico de falantes/sinalizantes bilíngues. Uma das particularidades relevantes no estudo sobre línguas são os fenômenos que elas apresentam. Destes podemos destacar o code-switching ou alternância de línguas. Portanto o GT tem por objetivo, preferencialmente discorrer sobre o processo migratório de sujeitos surdos em Boa Vista, Roraima e consequentemente propor uma reflexão sociolinguística sobre o bilinguismo em contextos fronteiriços brasileiro, assim como sua relevância na constituição identitária dos sujeitos surdos. Fazemos parte de uma sociedade em permanente transformação, somos sujeitos possuidores de identidades híbridas, estáveis e fragmentadas. Dessa forma, considerando o atual cenário roraimense junto às questões migratórias, destacamos a importância dessa proposta, pois nele damos voz a um grupo linguisticamente minoritário e deslembado. O papel dos interlocutores, usuários da Libras, nesse contexto são fundamentais para as tomadas de decisões, sejam elas no uso da língua ou em questões da vida cotidiana do imigrante.</p>
<p>GT 32</p> <p>DIREITOS HUMANOS, GENERO E VIOLENCIA EM CONTEXTOS MIGRATORIOS</p>	<p>Francilene dos Santos Rodrigues</p> <p>Maria Nohemi Gonzalez Martinz</p> <p>Andrea Vasconcelos</p>	<p>Este GT, tem como objetivo criar um espaço de discussão sobre a violência, especialmente a de gênero em contexto migratórios e, consequentemente abordar as violações dos direitos humanos. Entendemos que a vulnerabilidade da população em situação de mobilidade humana é extrema agravada, entre outras coisas, pelas legislações migratórias, fundadas em bases restritivas e carregadas de estigmas. Essa situação vêm contribuindo para o cerceamento dos direitos dos migrantes limitando o seu pleno exercício de cidadania. A legislação migratória não é somente restritiva, uma vez que favorece ao processo de descidadanização ou subcidadania dos migrantes, mas viola direitos fundamentais como o de ir e vir. A Amazônia tem vivenciado fluxos intensos de mobilidade nos últimos anos o que evidencia as diversas formas de violência e desigualdades sociais as quais estão submetidas as populações da região e, consequentemente os migrantes tanto internacionais como internos. O tráfico de pessoas e contrabando de migrantes é favorecido, em partes, por essas condições de vulnerabilidade de migrantes e, principalmente de mulheres, crianças e adolescentes. A Amazônia, portanto, se configura uma das regiões de tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes, ademais do alto índice de violência sexual contra crianças e adolescentes. Todo esse quadro de violência que – sejam as formas menos explícitas de violência que aquelas impostas pela força física, sejam aquelas perpetradas pela negligência do Estado – provoca crises e traumas individuais e coletivos. Os custos sociais e econômicos da violência e, em especial contra as mulheres, crianças e adolescentes são enormes e têm efeito cascata em toda a sociedade. Portanto, esse GT pretende trazer a tona esse debate.</p>

<p>GT 33</p> <p>EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, DIREITOS HUMANOS E DECOLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA</p>	<p>Rosani R.M Leitao</p> <p>Antonio Carrillo Avelar</p> <p>Andrea Olmos Una</p>	<p>O GT se propõe a abordar interculturalidade e direitos humanos, em perspectiva decolonial e em um panorama latino-americano. Tem como objetivo reunir contribuições teórico-metodológicas decorrentes de experiências de formação profissional voltada para contextos interculturais e para a defesa dos direitos humanos. Para tanto, serão bem vindas contribuições referentes a políticas de formação de professores e de outros profissionais com perfil intercultural, seja por iniciativa do poder público, de instituições não governamentais, ou alternativas de formação propostas e implementadas por povos e grupos culturalmente diferenciados no contexto latino-americano.</p>
--	---	---